

**RELATÓRIO FINAL DO INVENTÁRIO
PROGRAMA PAGE - MT**

I - Introdução

Esse relatório tem como premissa levantar e analisar diretrizes no contexto do Estado de Mato Grosso e sua relação no esverdeamento de sua economia. Premissa importante para possibilitar a discussão e sua integração na implantação do programa PAGE nesse estado.

Assim os diagnósticos iniciais permeiam os processos em andamento e avaliações produzidas ou em curso em áreas prioritárias estabelecidas pela equipe de governo em conjunto com PAGE.

Essa análise em um primeiro momento delineou, os processos políticos e as articulações de diversos setores para o avanço sustentável da economia no estado.

Ao longo de todo esse processo percebemos como esses diversos atores estão envolvidos, processando e discutindo políticas. Os governos têm percebido ao longo dos anos, que dar-se-á a devida importância para suas formas de produção em consonância com a sustentabilidade não é apenas uma questão de preservar seu ambiente, mas também de melhorar a eficiência e suas formas de produção, com menor impacto. De maneiras mais saudáveis e justas. Processos que ainda engatinham no estado, pois equalizar essa equação é o grande desafio, em um estado eminentemente focado no agronegócio.

Há um enorme passivo ambiental, que a “marcha para o Oeste” atinados por diversos governos, incitaram a produzir de forma desordenada e assim muita coisa foi construída com essa vertente.

O grande desafio é (re)construir com outros caminhos, com sustentabilidade e inclusão socioeconômica igualitária, se ir isso for possível,

pode ser utopia, mas é necessário e esses diversos atores, tanto governo como sociedade civil tem caminhando para isso.

O relatório tentou observar como isso está desenhando no estado e como algumas questões podem ser aperfeiçoadas. Garantindo assim o esverdeamento da economia de Mato Grosso.

Contudo há que se evidenciar que Mato Grosso é o terceiro maior estado brasileiro, o qual teve seu processo de expansão econômica iniciado de forma mais expressiva a partir de sua divisão territorial e administrativa, que ocorreu no ano de 1977. Apesar de ainda ocupar a 14^a posição no ranking do PIB nacional, nos últimos 20 anos, o PIB mato-grossense foi o que exibiu o maior aumento nominal, próximo a 300% de crescimento, o que significa atualmente, a preços de mercado, um montante aproximado de produção de bens e serviços maior que U\$ 20 bilhões anuais. Não obstante, esse crescimento econômico reflete um perfil de ocupação do solo fortemente vinculado ao desmatamento. Até meados de 2007, cerca de 175 mil Km² de florestas e 150 mil Km² de cerrados foram desmatados em Mato Grosso, o que representa aproximadamente 35% e 42% das respectivas áreas originais. Apesar da expressiva diminuição do desmatamento nos últimos 5 anos, o Mato Grosso ainda encabeça o ranking dos estados campeões do desmatamento, sendo responsável por mais de 30% de todo o desmatamento registrado na Amazônia brasileira. Por outro lado, se for considerado que nos últimos cinco anos o PIB do Mato Grosso cresceu duas vezes mais que o PIB do Centro-Oeste e três vezes mais que o PIB brasileiro, uma questão emerge: o crescimento econômico não necessita necessariamente estar vinculado a altas taxas de desmatamento, pois, como constatado, nesse mesmo período (últimos 5 anos) onde o crescimento do PIB mato-grossense se aproximou de 7,5%, a taxa de desmatamento no Estado diminuiu cerca de 60%. Essa situação pode estar indicando a possibilidade do Estado poder continuar crescendo ao mesmo tempo em que inicia o caminho da sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Porém, a economia mato-grossense é conhecida por sua especialização na produção de bens primários, de origem agropecuária, voltados à exportação. Sobre as implicações sociais e ambientais desse modelo, naturalmente, muitas reflexões e questionamentos são feitos, ou seja, um enfoque restrito sobre “crescimento econômico” pode estar distante de uma abordagem alinhada aos preceitos do “desenvolvimento

socioeconômico sustentável”, que necessariamente contemplariam objetivos múltiplos, como: nível de emprego de mão-de-obra, equidade na distribuição de renda, atenuação ou eliminação da pobreza absoluta, satisfação das necessidades básicas, preservação ou conservação do meio ambiente .

II – Contexto Econômico

O estado de Mato Grosso é conhecido como o celeiro do país, campeão na produção de soja, milho, algodão e de rebanho bovino, e agora quer alcançar novos títulos do lado de fora da porteira das fazendas. Com crescimento “chinês” de seu Produto Interno Bruto, o estado iniciou um planejamento para atacar diversas frentes com potencialidades até então

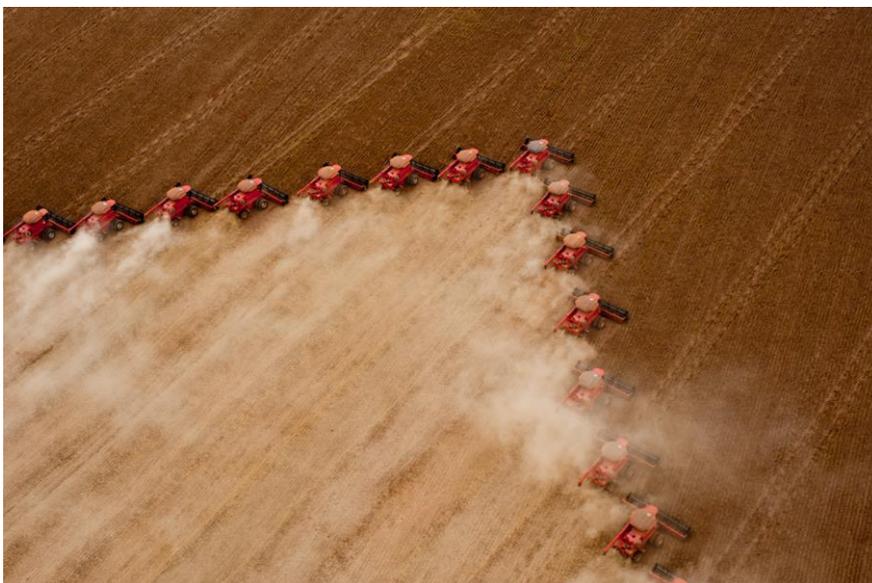


Figura 1-Agronegócio em MT

adormecidas. A estratégia vai permitir que sua produção seja diversificada para agregar valor a tudo àquilo que é produzido em terras mato-grossenses e que acaba abastecendo o Brasil e o mundo.

O governado do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec), está planejando um conjunto de ações para atrair investidores para Mato Grosso. Cinco eixos prioritários para esta transformação foram definidos pela secretaria. A partir de agora serão realizados estudos para reformular as políticas tributária, de atração de investimentos, logística e mão de obra.

Os cinco setores com grande potencial de crescimento na região e que terão atenção especial do estado são agroindústria, turismo, piscicultura, economia criativa e polo joalheiro. Para isso, o estado pretende reformular o

Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (Prodeic) e o sistema tributário estadual.

Agronegócio

Em pouco mais de uma década, o PIB estadual passou de R\$ 12,3 bilhões (1999) para R\$ 80,8 bilhões (2012), representando um crescimento de 554%. Neste mesmo período, o PIB brasileiro aumentou 312%, segundo dados do IBGE. Grande parte deste desempenho positivo veio do campo. Atualmente, o estado Mato Grosso lidera a produção de soja no país, com estimativa de 28,14 milhões de toneladas para a safra 2014/2015. Também está à frente na produção de algodão em pluma – 856.184 toneladas para 2014/2015 – e rebanho bovino, com 28,41 milhões de cabeças. De acordo com o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), o agronegócio representa 50,5% do PIB do estado.

Com o agronegócio consolidado, Mato Grosso é terreno fértil para as indústrias que atuam antes e depois da porteira. Até 2013, segundo a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (Fiemt), o estado tinha 11.398 unidades industriais em operação, com 166 mil empregos gerados.

Ainda assim, é preciso agregar mais valor ao produto que sai de Mato Grosso. Da porteira para dentro há potencial para as empresas que abastecem os produtores com adubo, defensivo e maquinário, entre outros produtos. Da porteira para fora, as empresas de beneficiamento, como a têxtil e de etanol.

Pesquisa e tecnologia

O que poucos sabem é que Mato Grosso, além de grãos, é o maior produtor de pescado de água doce do país, responsável por 20% da produção do Brasil, com 75,629 mil toneladas (IBGE 2013). E esse mercado tem muito a crescer. O potencial está na abundância de rios e lagos em território mato-grossense.



Figura 2-Piscicultura em MT.

Atualmente, 72% do pescado produzido no estado são destinados ao consumo interno, de acordo com dados de 2014 do Imea. O segundo maior consumidor do peixe produzido no estado é o Pará (9,71%), seguido do Tocantins (2,35%). O plano do Governo do Estado é estimular o aumento da produção e atrair empresas de beneficiamento do peixe para exportá-lo para outros estados.

A Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) é uma das que investe no setor, tanto em pesquisa quanto na produção. A instituição mantém no município de Nossa Senhora do Livramento uma estação de piscicultura onde são produzidos e comercializados alevinos de espécies como pacu, tambacu e tambatinga. A meta da instituição é fechar o primeiro quadrimestre de 2015 com uma produção de 800 mil alevinos.

Para isso a Empaer conta com 39 tanques de reprodução com capacidade para produzir um milhão de alevinos – sendo 12 tanques de pesquisa e 27 para recria. A instituição também oferece cursos para produtores rurais e técnicos agrícolas sobre noções básicas de piscicultura.

A borracha natural é outro foco da política de incentivos desenvolvida pelo Governo de Mato Grosso, que quer agregar valor à borracha produzida no estado, com beneficiamento e industrialização. O estado é o segundo maior produtor de borracha natural do país, com 40 mil hectares de área plantada e 25 mil famílias envolvidas na atividade, conforme dados da Empaer.



Figura 3- Produção de borracha em MT

Pioneira no estado em produção e pesquisa da seringueira, a empresa possui um campo experimental no município de Rosário Oeste (128 km ao Norte de Cuiabá) com jardim clonal e viveiro para atender a agricultura familiar. Os produtores contam com o apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Eco), que disponibiliza uma linha de crédito com prazo de 20 anos para pagamento e oito de carência.

Paralelamente, a Secretaria de Ciência e Tecnologia (Secitec) investe em inovação e qualificação de mão de obra com a criação do primeiro parque tecnológico de Mato Grosso, além de negociação com centros europeus para cooperações na área de tecnologia.



Figura 4- Maquete do parque tecnológico em MT

Energia também não falta para mover esta máquina. Superavitário no setor energético, Mato Grosso alcançou em 2014 a produção de 14 milhões/MWh. Desse montante, consumiu 9 milhões/MWh e exportou 5 milhões/MWh via o Sistema Interligado Nacional (SIN).

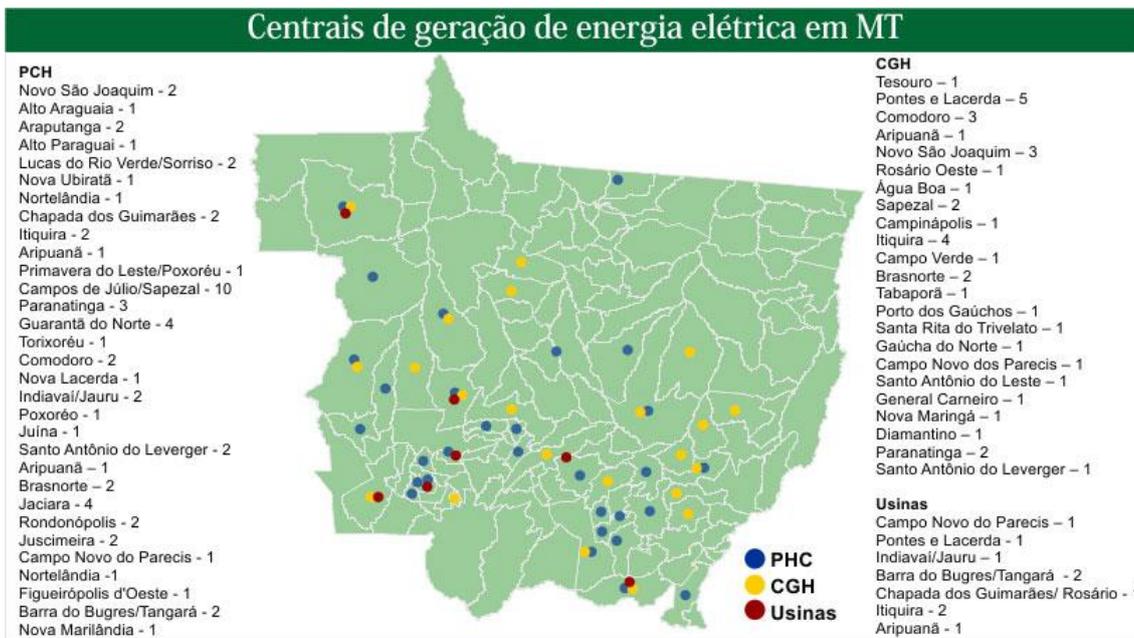


Figura 5 - Centrais de Geração de energia em MT

Do ouro às pedras coradas

Se durante a colonização Mato Grosso foi reconhecido pelo ouro, hoje é um mercado potencial para a fabricação de joias e semijoias a partir de pedras preciosas. Além de ser o maior produtor de diamante do Brasil – com 88% do total da produção brasileira, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) –, o estado também se destaca pelas pedras coradas, como a ametista, o quartzo rosa, a ágata e a turmalina.

A atividade mineral no Estado é histórica. Não há como falar da povoação de Mato Grosso sem falar da extração do ouro e diamante. Era 1719, quando o ouro foi descoberto por bandeirantes às margens do Rio Coxipó. Já o diamante começou a ser explorado no fim do século XVIII nas regiões de Coité, Poxoréu e Diamantino.



Figura 6-Pedras coradas de MT

Atualmente, conforme dados da Companhia Mato-grossense de Mineração (Metamat), as pedras coradas se concentram nas regiões noroeste, centro sul e leste de Mato Grosso. A granada, o zircão e o diopsídio em geral

são encontrados associados ao diamante, nas regiões de Paranatinga e de Juína.

Nas proximidades de Rondolândia existe um depósito de quartzo rosa e as turmalinas são encontradas próximas a Cotriguaçu, enquanto as ametistas estão concentradas próximas aos municípios de Aripuanã (noroeste) e Pontes e Lacerda (oeste).

Há 30 anos no mercado de joias em Cuiabá, Carmem D'Lamonica vê Mato Grosso como um futuro polo joalheiro pela abundância de pedras coradas existentes no solo mato-grossense e até então pouco exploradas. Para estruturar o mercado, avalia, é necessário criar uma política voltada para o ramo, desde a extração até o produto final

Economia criativa

A política de incentivo do Governo do Estado para o setor inclui o estímulo a pequenos empresários do ramo joalheiro, dentro do programa de Economia Criativa que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), que abrange setores como moda, design, artes e gastronomia.



Figura 7- Economia Criativa em MT

Paraíso do ecoturismo

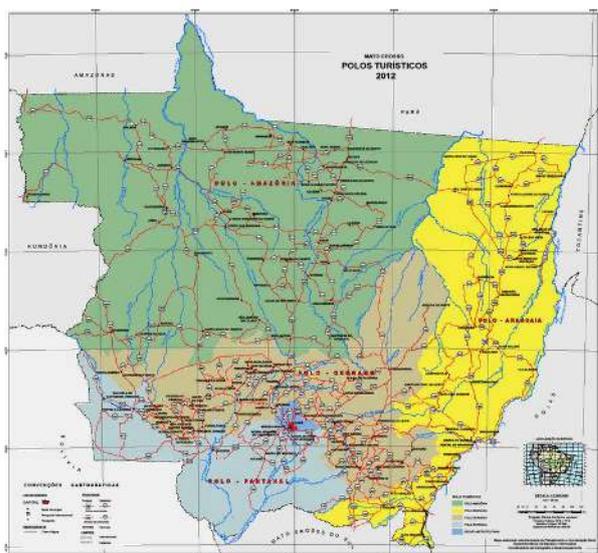


Figura 8 - Polos Turísticos MT 2012

Cachoeiras, safaris, trilhas ecológicas, observação de pássaros, mergulho em aquários naturais. Seja no Pantanal, no Cerrado ou no Araguaia, Mato Grosso é o destino certo para quem gosta de ecoturismo e para quem planeja investir no segmento que mais cresce no setor de turismo.



Figura 9 - Enoturismo em Terras Indígenas – MT

Dados da Organização Mundial de Turismo (OMT) apontam que o ecoturismo cresce em média 20% ao ano, enquanto o turismo convencional apresenta uma taxa de aumento anual de 7,5%, conforme divulgado pelo Ministério do Turismo em 2014. A organização estima ainda que pelo menos 10% dos turistas em todo o mundo sejam adeptos do turismo ecológico.



Figura 10 - Turismo de Aventura – MT

Como belezas naturais não faltam em Mato Grosso, os governos Federal e Estadual têm investido em infraestrutura de acesso a paraísos naturais mato-grossenses, como o Pantanal. Exemplo disso é o projeto de substituição de pontes de madeira ao longo da rodovia Transpantaneira – que liga a cidade de Poconé até a localidade de Porto Jofre, cortando a planície alagável. Ao todo serão construídas 31 pontes de concreto.

Chapada dos Guimarães é outro ponto prioritário para a Sedec quando o assunto é infraestrutura. No município, que atrai visitantes adeptos do turismo de contemplação e de esporte de aventura, será executada a conclusão do Complexo Turístico da Salgadeira e a pavimentação da MT-060 e MT-020. O Governo do Estado também retomou o diálogo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para o andamento das obras do Portão do Inferno e da entrada da Cachoeira Véu de Noiva, os dois principais pontos de contemplação do Parque Nacional de Chapada.

III – Contexto Social

Os dados apresentados do estado de Mato Grosso, permitem nos observar um panorama de grandes investimentos, mas o que tem chamado a atenção é a razão entre a renda média dos mais ricos e a dos mais pobres. Essas disparidades nos níveis de apropriação de renda não são uma

característica exclusiva de Mato Grosso. Examinando-se os dados relativos ao país como um todo e comparando-os aos do Estado, constata-se que as desigualdades são praticamente idênticas (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000). Se a riqueza gerada pela modernização da agricultura local passou a ser distribuída de forma mais equitativa; apenas indica que a má distribuição de renda é um problema nacional. Os dados sobre a apropriação da renda. Certamente guardam uma estreita relação com questões de caráter social, como a pobreza e a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), observadas no Estado.

Cabe salientar que como no Brasil, a disparidade de renda em Mato Grosso, mesmo com advento dos avanços tecnológicos em produção, diversos tipos e mecanismos de geração de trabalho de renda são invisíveis. Não aparecem no balanço do PIB do estado. Como no caso da agricultura familiar, não há ainda um cadastro nem dos agricultores e nem do que produzem.

Assim o panorama de produção agrícola do estado está totalmente focado ao agronegócio. E nesse cenário a agricultura de extensão suplanta a agricultura familiar.

Identifiquei com maior profusão a questão da agricultura, para visualizar a questão das diferenças de renda, porque o estado está voltado para essa atividade. Também percebe-se que há inúmeras possibilidades de melhoria da renda e da qualidade de vida da população em outros segmentos, mas que também são deixadas em segundo plano por conta disso.

IV – Contexto Ambiental

A base de sustentação econômica de Mato Grosso esteve historicamente assentada na agropecuária desenvolvida em grandes propriedades. Nas últimas três décadas, o Estado vem apresentando um crescimento considerado extraordinário no setor agropecuário, pela expansão da área cultivada, produção e produtividade. Este desempenho é resultado de uma sensível transformação a base técnica, antes apoiada em sistemas tradicionais, que foi alterada para sistemas de produção amparados pela tecnologia. Esse processo de modernização da agropecuária mato-grossense nas últimas décadas foi acompanhado da concentração da estrutura fundiária para formação de grandes fazendas de grãos e pecuária (Governo do Estado de Mato Grosso, 2006). De acordo com o recadastramento realizado em 1992

pela Secretaria de Planejamento e Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários, 12,2% dos imóveis grandes ocupavam 76,8% da área do Estado, enquanto 71,2% dos imóveis pequenos (até 100 hectares) ocupavam apenas 8,7%. A expansão da fronteira agrícola com a concentração fundiária provocou um aumento dos conflitos pela terra em áreas de pequena produção e principalmente, em espaços ocupados por populações tradicionais. Por outro lado, devido a limitações formais e burocráticas de Mato Grosso, surgem também vários problemas decorrentes da falta de titulação e registro de propriedade de terras, em especial porque as áreas de fronteira foram, durante muito tempo, ocupadas por posseiros sem título e com condições precárias de produção. Paralelamente, o rebanho bovino passou de 9 para cerca de 27 milhões de cabeças entre 1990 e 2005, mantendo um ritmo de crescimento médio de aproximadamente 7,5% ao ano ao longo de todo o período. Em 2006, também houve uma ligeira redução para 26 milhões de cabeças. Observando essas oscilações, percebe-se que as contribuições respectivas da pecuária e da agricultura para o desmatamento variam com o tempo. A alta dos preços da soja de 2001 para 2004, por exemplo, teve um incremento de 31 para 52 mil Km² da área plantada, o equivalente a um crescimento de 69% em três anos (IBGE 2006). Durante o mesmo período, a conversão direta de florestas em campos agrícolas representou 16% do desmatamento em áreas florestais do Estado, com um pico de 23% no ano de 2003. Além dessa conversão direta de florestas e cerrados, nota-se também a conversão de áreas de pastagens em campos agrícolas no centro-norte do Estado, junto ao deslocamento da pecuária para novas fronteiras no extremo norte e noroeste, contribuindo na expansão das áreas abertas nessas regiões. Atualmente, a pecuária bovina em Mato Grosso segue em sua grande maioria o modelo de produção extensiva. Esse modelo se caracteriza por uma alimentação do gado baseada essencialmente nas pastagens (baixo emprego de suplementação alimentar) e pelo baixo nível de lotação por hectare (variando entre as regiões produtoras de 0,3 a 1,4 cabeças de gado por hectare, com uma média de cerca de 1 cabeça por hectare de pasto).

Juntos, os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, respondem por aproximadamente 80% do histórico do desmatamento na Amazônia. As estimativas mostram um acúmulo, de 1988 a 2008, de aproximadamente 135 mil km² de áreas desmatadas somente no Mato Grosso, o que significa que

apesar do decréscimo nas taxas de desmatamento dos últimos anos, em intensidade maior que em outros estados, o MT é o campeão dos estados brasileiros em desmatamento acumulado, com uma proporção de aproximadamente 36% sobre o total desmatado na Amazônia. Por causa dessa situação, pode-se dizer que o MT carrega uma espécie de “passivo de imagem” sobre o desmatamento. Cenários futuros desoladores chegaram a ser trabalhados por alguns especialistas, como por exemplo o estudo da UFMG que previu para num cenário extremo, onde mantinham-se as tendências das taxas de 2003-2004, que em 2020 restariam menos de 23% da cobertura florestal existente originalmente no estado e em 2033 essa parcela cairia para 10% (Ferreira et al. 2008). Esse estudo sugere ainda que os territórios indígenas e as unidades de conservação, que em 2005 continham 28% do total de florestas remanescentes, passariam a responder por 73% do total em 2020 – ou seja, praticamente toda a área de floresta situada fora dessas áreas protegidas teria sido desmatada. Isso reforça a importância, segundo os autores, da preservação de remanescentes florestais, da criação e implementação de novas unidades de conservação e territórios indígenas. Porém, sabe-se que o desmatamento é um fenômeno de natureza complexa, que não pode ser atribuído a um único fator. Sabe-se que a exploração seletiva e predatória de madeiras nobres funciona como uma espécie de cabeça-de-ponte do desflorestamento. Milhares de quilômetros de estradas clandestinas são abertos na mata, viabilizando a expansão das migrações e da grilagem de terras públicas, assim como de projetos de colonização e de pecuária extensiva. Também há evidências de que a agricultura intensiva – especialmente a ligada ao agronegócio da soja –, mais capitalizada, tem ampliado a sua participação na conversão da cobertura vegetal nativa, não apenas na região de cerrado, mas também em áreas de floresta, além de “empurrar” outras frentes de expansão sobre a região amazônica. No Estado do Mato Grosso, os hotspots do desmatamento concentraram-se principalmente ao longo das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e BR-158, nas regiões central/norte e nordeste, respectivamente. Na Cuiabá-Santarém, os principais focos do desmatamento ocorreram na região de Sinop, onde a expansão da cultura de grãos e da atividade pecuária está motivando a derrubada de florestas. A expansão da agricultura também pôde ser observada na região localizada a leste do Parque Indígena do Xingu, ao longo das

rodovias BR-158 e BR-080, uma região antes considerada apta à pecuária de corte e que agora está sendo convertida em uma área de expansão da agricultura de grãos. As regiões de Novo Mundo e Guarantã do Norte, por sua vez, também apresentaram desmatamento recente intenso. Contudo, diferentemente da região de produção agrícola, o desmatamento nessas áreas pode ter sido influenciado pelo estabelecimento de novos projetos de assentamento e de colonização na região, uma vez que a topografia local não permite a mecanização (Alencar et al., 2004).

Florestas ameaçadas e tipos de ameaças A análise da distribuição geográfica do desmatamento em relação aos tipos de floresta existentes na região tem um importante papel na indicação dos tipos florestais mais ameaçados por essa dinâmica. Na Amazônia, dos Estados campeões do desmatamento, o Mato Grosso é aquele que apresenta a maior parte de sua área coberta por vegetação “não florestal” (cerrado típico) ou por frágeis florestas de transição que ocorrem entre o cerrado e a floresta densa e aberta da Amazônia. E são justamente as florestas de transição que estão sendo as mais atingidas pelo desmatamento no Estado. Esse tipo de floresta, que ocupava originalmente 41% das terras mato-grossenses, representa hoje um dos tipos florestais mais ameaçados da Amazônia. O nível de ameaça pôde ser medido pela proporção do desmatamento na região que atingiu as formações vegetais do Estado até o ano de 2001. Cerca de 57% do desmatamento ocorreu em área coberta pelas florestas de transição. A perda sucessiva desse tipo de floresta é preocupante não somente pelo valor ecológico intrínseco que apresenta e que é ainda pouco conhecido, mas também devido a sua estrutura aberta, que a torna mais susceptível ao fogo. Pouco se conhece sobre os efeitos ecológicos da ocorrência sucessiva de incêndios florestais e da fragmentação na estrutura e na biodiversidade dessas florestas. O contínuo descaso com essas florestas de transição poderá induzir, no futuro, um processo de “savanização” da Amazônia (Alencar et al., 2004). Figura 17. Distribuição do desmatamento por tipo de floresta até o ano de 2001 no Estado do Mato Grosso (Alencar et al. 2004). O avanço do desmatamento sobre a floresta de transição pode ser consequência de uma interpretação errada (proposital ou não) do Código Florestal por parte dos produtores e mesmo de fiscais do governo. O erro de interpretação surge em relação à reserva legal a ser mantida por tipo de bioma. Alguns proprietários no Mato Grosso estão

caracterizando parte da floresta amazônica, na região de transição com o cerrado, como um “cerradão”. Nesse caso, o limite de reserva legal estabelecido por lei para uma floresta amazônica, que é de 80%, cai para 35% da área da propriedade, percentual este determinado para o bioma cerrado. Nesse caso, 15 % podem ainda ser compensados em outro lugar. Essa falta de definição clara da área abrangida pela vegetação de transição pode ter sido um dos principais responsáveis pelos grandes fragmentos de floresta desmatados no Estado do Mato Grosso. Além dos problemas de interpretação, há ainda, no Mato Grosso, muita dificuldade de respeitar o estabelecido o Código Florestal. Por exemplo, se toda a área florestada do Estado fosse considerada como uma única propriedade rural sobre a qual se aplicasse o Código florestal, no que tange à fração da propriedade destinada à reserva legal, o resultado indicaria que qualquer novo desmatamento que fosse feito em florestas abertas ou de transição seria ilegal. Atualmente, para as áreas de floresta aberta, só restam 62% da sua área original, excluídas as áreas protegidas. Isso indica que, no contexto regional, os limites de desmatamento permitidos por lei já foram alcançados e estão ultrapassados em 18%. A floresta de transição encontra-se na mesma situação. Por meio de novas tecnologias de sensoriamento remoto, tratamento e interpretação de imagens, o INPE, que apresenta tradicionalmente o desmatamento de “corte raso” por meio do PRODES, discute novas metodologias que “acompanham” de alguma forma a degradação progressiva, esta que chama cada vez mais atenção dos olhares conservacionistas. Hoje, quando os sistemas do INPE identificam um “alerta” de desmatamento, eles podem estar se referindo a cinco tipos de situações: “corte raso”, “degradação leve”, “moderada” ou “alta”, ou “não desmatamento”. Em geral, essa última situação de “não desmatamento”, identificada equivocadamente por um alerta, ocorre em 14,2% dos casos, sendo pois que, aproximadamente 86% dos alertas emitidos referem-se a algum tipo de degradação real da floresta. No caso do Mato Grosso, as proporções entre “corte raso” e “florestas degradadas” mostram valores discrepantes, que chamam atenção pela tendência de crescimento nos últimos anos. Figura 18. Ilustração da degradação progressiva (fonte: INPE, 2008). A relação da degradação parece tornar-se ainda mais clara quando são observados os índices de focos de calor ou queimadas no Estado que, apesar de ter sido ultrapassado no últimos anos pelo Pará em questão de desmatamento, ainda

apresenta-se como campeão de queimadas. A relação entre o desmatamento (corte raso), a degradação, a exploração madeireira e o incêndio florestal é íntima e deve ser considerada em qualquer ação de controle e ordenamento da fronteira na região.

2. Políticas governamentais relevantes (estaduais e federais)

Políticas de desmatamento – PPCDQ

Mato Grosso integra a lista dos quatro estados que aderiram à Plataforma Indicar, no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília (DF). O objetivo é combater o desmatamento ilegal na Amazônia. O projeto vem sendo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam) desde 2013, a partir de financiamento internacional.

O estado de Mato Grosso nos últimos 11 anos, reduziu em cerca de 80% o desmatamento ilegal. A redução foi de 11.814 km² para 1.509 km² entre 2004 e 2015, um número significativo e que coloca Mato Grosso como referência mundial. “Essa meta de redução em 80% estava prevista no PPCDQ para ser atingida entre 2016 e 2020”.

Não obstante, o crescimento econômico reflete um perfil de ocupação do solo fortemente vinculado ao desmatamento. Até meados de 2007, cerca de 175 mil Km² de florestas e 150 mil Km² de cerrados foram desmatados em Mato Grosso, o que representa aproximadamente 35% e 42% das respectivas áreas originais. Apesar da expressiva diminuição do desmatamento nos últimos 5 anos, o Mato Grosso ainda encabeça o ranking dos estados campeões do desmatamento, sendo responsável por mais de 30% de todo o desmatamento registrado na Amazônia brasileira. Por outro lado, se for considerado que nos últimos cinco anos o PIB do Mato Grosso cresceu duas vezes mais que o PIB do Centro-Oeste e três vezes mais que o PIB brasileiro, uma questão emerge: o crescimento econômico não necessita necessariamente estar vinculado a altas taxas de desmatamento, pois, como constatado, nesse mesmo período (últimos 5 anos) onde o crescimento do PIB mato-grossense se aproximou de 7,5%, a taxa de desmatamento no Estado diminuiu cerca de 60%. Essa situação pode estar indicando a possibilidade do Estado poder continuar crescendo ao mesmo tempo em que inicia o caminho da sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Porém, a economia mato-grossense é conhecida

por sua especialização na produção de bens primários, de origem agropecuária, voltados à exportação. Sobre as implicações sociais e ambientais desse modelo, naturalmente, muitas reflexões e questionamentos são feitos, ou seja, um enfoque restrito sobre “crescimento econômico” pode estar distante de uma abordagem alinhada aos preceitos do “desenvolvimento socioeconômico sustentável”, que necessariamente contemplariam objetivos múltiplos, como: nível de emprego de mão-de-obra, equidade na distribuição de renda, atenuação ou eliminação da pobreza absoluta, satisfação das necessidades básicas, preservação ou conservação do meio ambiente.

A primeira versão do PPCDQ/MT, construída com base num processo de “escuta” aos diferentes segmentos da sociedade, mesmo com foco claro sobre questões de desmatamento e queimadas, apresenta enfoque abrangente, que perpassa de maneira veemente por questões de sustentabilidade de atividades produtivas rurais. Vale lembrar que esse tipo de olhar faz-se inexorável quando o assunto permeia questões de sustentabilidade ambiental, econômica e bem estar social. Ou seja, não se pode mais falar em controle do desmatamento na Amazônia sem se discutir a sustentabilidade, ou seja, a viabilidade no médio e longo prazo das atividades produtivas, incluindo todo o contexto, social, econômico e ambiental de suas respectivas regiões de inserção. O PPCDQ/MT representa um conjunto de ações a serem articuladas no sentido de prevenir e controlar o desmatamento e queimadas no Estado. Como um Plano “guarda-chuva”, o PPCDQ/MT reúne várias ações já em andamento, em sua maioria vinculadas aos órgãos de governo, assim como projeta uma nova série de atividades, cuja gestão e execução deverá ser compartilhada por meio do envolvimento do poder público, sociedade civil organizada e segmentos produtivos e empresariais. Esse tipo de integração e articulação de ações envolvendo diferentes segmentos sociais (governamentais e não-governamentais) em prol de um objetivo comum, que seria o desenvolvimento sustentável de grandes regiões no Estado, conforma um grande desafio, onde destacam-se questões como: - a abrangência: muitas das propostas transcendem os simples “projetos pilotos” ou “iniciativas nucleares”, abarcando áreas com projeções macro-regionais, e/ou com capilaridade que permeia desde o macro até o micro social (ex. iniciativas de comunicação ambiental); - um “plano de estado”: o PPCDQ/MT projeta-se no sentido de ultrapassar as expectativas de gestão de vários governos,

resguardando, lógico, a necessidade de avaliações e atualizações periódicas; - a co-execução e a co-gestão: não existem modelos ou exemplos claros de sucesso na execução e articulação para a co-gestão (governo-sociedade-empresariado) sobre uma boa parte dos temas em questão, principalmente sobre aqueles em que se propõe gerir e monitorar recursos governamentais e privados de forma conjugada; - o controle versus o fomento: a “agenda verde”, que abrange as iniciativas pró fomento de atividades sustentáveis (Eixo Temático III), tidas como de efetividade única e indispensáveis para prevenção do desmatamento no longo prazo, revelam-se paradoxalmente dependentes de bons sistemas de controle e inibição de atividades ilegais, ainda prevaletes no contexto do desmatamento em toda a Amazônia. Considerando essas e outras questões, o PPCDQ/MT delinea-se com base na priorização de enfoques, que foram trabalhados durante os exercícios participativos de sua elaboração, de onde destacam-se: - a intensificação e compartilhamento dos esforços de ordenamento territorial e regularização fundiária; - o refinamento do conhecimento e monitoramento da cobertura florestal do estado; - a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação; - a regularização efetiva de Terras Indígenas e Quilombolas; - a intensificação dos programas de desenvolvimento sustentável para indígenas, quilombolas, assentamentos e colônias agrícolas; - a informatização ampla, definitiva e transparente da gestão ambiental e florestal do Estado; - o fortalecimento e organização dos assentamentos da reforma agrária; - a intensificação e compartilhamento social da fiscalização ambiental; - o aprimoramento dos processos de responsabilização administrativa, civil e penal por crimes ambientais ; - o estabelecimento de instrumentos de pagamento por serviços ambientais (PSA); - a ampliação e compartilhamento da extensão rural, florestal e ambiental; - o incentivo e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis; - a consolidação de centros regionais interinstitucionais de gestão florestal, rural e ambiental (descentralizados).

ICMS ECOLÓGICO

O Estado de Mato Grosso foi o sexto estado brasileiro a implementar o ICMS Ecológico por meio da Lei Complementar nº. 73, de 07/12/2000, e a exemplo do Estado de Mato Grosso do Sul, está fazendo a implementação de forma gradual, ou seja, num primeiro momento está sendo adotado apenas o

critério quantitativo, e numa segunda etapa será adotado o critério qualitativo, com efeito financeiro para 2013. O ICMS Ecológico surgiu como forma de compensar financeiramente os municípios que possuem restrições de uso do solo de seus territórios por conterem Áreas Indígenas e Unidades de Conservação; bem como da necessidade da estruturação de instrumentos alternativos de políticas públicas para a conservação ambiental.

3. Instituições e organizações-chave para a promoção da economia verde inclusiva

3.1 Órgãos governamentais (estaduais e federais)

Órgãos estaduais	Órgãos federais
Casa Civil	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
Casa Militar	Instituto Chico Mendes
Gabinete de Comunicação	
Gabinete de Desenvolvimento Regional	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Gabinete de Estado de Assuntos Estratégicos	Fundação Nacional do Índio
Gabinete de Governo	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Gabinete de Transparência e de Combate à Corrupção	
Governadoria	
Procuradoria Geral do Estado	
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários	
Secretaria de Estado das Cidades	
Secretaria de Estado de	

Ciência, Tecnologia e Inovação	
Secretaria de Estado de Cultura	
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	
Secretaria de Estado de Educação	
Secretaria de Estado de Fazenda	
Secretaria de Estado de Gestão	
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente	
Secretaria de Estado de Planejamento	
Secretaria de Estado de Saúde	
Secretaria de Estado de Segurança Pública	
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social	
Vice Governadoria	
Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região do Vale do Rio Cuiabá	

Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso	
Agência Estadual dos Serviços Públicos Delegados	
Central de Abastecimento do Estado de Mato Grosso	
Companhia Matogrossense de Gás	
Companhia Matogrossense de Mineração	
Departamento Estadual de Trânsito	
Empresa Matogrossense de Tecnologia da Informação	
Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural	
Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso	
Fundação Nova Chance	
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado	
Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso	
Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso	
Instituto de Terras do Estado do Mato Grosso	
Junta Comercial de Mato	

Grosso	
Mato Grosso Previdência	

3.2. Empresas e associações empresariais

- Federação das Indústrias de Mato Grosso;
- Serviço Nacional das Indústrias;
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso;
- ACRIMAT – Associação de Criadores de Mato Grosso;
- APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso;
- IMEA – Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária;
- FESA-MT – Fundo Emergencial de Saúde Animal do Estado de Mato Grosso;
- FABOV – Fundo de Apoio a Pecuária de Corte;
- AMPA – Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão;
- ACRISMAT - Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso;
- OVINOMAT – Associação dos Criadores de Ovinos de Mato Grosso
- SINDIFRIGO – Associação das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso;
- SINDALCOOL/MT – Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de Mato Grosso;
- SINDERNEGIA - Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso
- CIPEM – Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeiras do Estado de Mato Grosso.
-

3.3. Instituições de ensino, pesquisa e capacitação profissional

- UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso;
- UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso;
- IFMT - Instituto Federal de Mato Grosso;
- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;

- SESI - Serviço Social da Indústria;
- SESC - Serviço Social do Comércio;
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- SENAI – Serviço Nacional Aprendizagem na Indústria;
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

3.4. Organizações não-governamentais

- ICV - Instituto Centro Vida;
- IPAM - Instituto de Pesquisa da Amazônia;
- ANSA - Associação Nossa Senhora da Assunção;
- ISA – Instituto Socioambiental;
- AXA - Articulação Xingu Araguaia;
- FEPOIMT – Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso;
- Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável;
- Instituto Cidade Amiga;
- Cooperativa Verde Vitória;
- Cooperativa Coorimbatá;
- Arca Multincubadora;
- Fase Cáceres;
- FORMAD - Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- FLEC - Fórum de Luta das Entidades de Cáceres;
- Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (Núcleo MT),
- GIAS - Grupo de Intercâmbio da Agricultura Sustentável;
- Rede Cerrado;
- Instituto Ouro Verde;
- Coopavam;
- Comigua;
- Ação Verde;
- Instituto Yukamaniru de Apoio as Mulheres Kurâ-Bakairi;
- Associação Paiter-Surui;
- Atix – Associação Terra Indígena Xingu;
- ISPN – Instituto População, Proteção e Natureza.

3.5. Atores internacionais

- OIT;
- PNUD;
- PNUMA;
- UNESCO;
- UNOPS
- KFW;
- DGM;
- IFC;
- Banco Mundial;
- GCF;
- IDH;
- Governo da Noruega;
- R-20;
- Consumer Goods Forum.

4. Iniciativas atuais para uma economia verde inclusiva

4.1. Projetos relacionados à economia verde em curso no Estado

SEAF – Secretaria de Agricultura Familiar

Capacitação Continuada de técnicos de ATER da rede pública e privada, nas cadeias produtivas do leite, piscicultura, apicultura, sistemas agroflorestais, fruticultura, mandiocultura e olericultura;

Projeto de desenvolvimento das cadeias produtivas do Café, Banana, Leite, pirarucu, limão e agroindústria familiar;

Projeto ENTREPOSTO

Fundo de Desenvolvimento Florestal - MT FLORESTA

Desenvolvimento de Unidade de Referência Tecnológica como estratégia de transferência de tecnologias no campo.

Programa Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis – PMS

O Programa Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis (PMS) foi instituído pelo Decreto Estadual nº 2.187, de 12 de março de 2014, e reestruturado no Decreto nº 323 de novembro de 2015.

Têm o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos municípios, através do fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, da promoção da segurança jurídica, da conservação dos recursos naturais e recuperação ambiental e da redução das desigualdades sociais. Sua formulação iniciou a partir da mobilização dos próprios municípios, dos consórcios intermunicipais e de organizações da sociedade civil, interessados em enfrentar o desmatamento ilegal e promover a sustentabilidade na escala local.

O Programa é formado por eixos que reúnem atividades e ações que são os passos fundamentais para os municípios em busca da sustentabilidade.

Sendo eles:

- **Fortalecimento da gestão ambiental municipal**, visando à estruturação dos sistemas municipais de meio ambiente com participação social e à promoção da inovação dos instrumentos de controle, monitoramento, licenciamento e fiscalização ambientais.
- **Regularização ambiental e fundiária**, voltada à implementação da legislação florestal, com destaque ao apoio para o público da agricultura familiar, e propondo soluções para os gargalos fundiários que sabidamente marcam o território estadual.
- **Promoção de cadeias produtivas sustentáveis com foco na agricultura familiar**, busca valorizar os produtos da sociobiodiversidade local, promover a reorientação dos modelos de produção e ampliar o acesso a mercados para os produtos da agricultura familiar.

A principal instância de governança do Programa é o Comitê Gestor, formado por membros efetivos e convidados que discutem e tomam decisões sobre as diretrizes do PMS em assembleias ordinárias e extraordinárias. O Comitê Executivo, por sua vez, é a instância responsável por operacionalizar as decisões do Comitê Gestor. Ele reúne as Secretarias de Estado diretamente ligadas aos temas dos eixos orientadores: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários e o Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional, além de representantes de organizações da sociedade civil. Por fim, têm-se os grupos

de trabalho (GTs), que auxiliam na discussão e encaminhamento de questões específicas. Atualmente são cinco GTs: plano de metas, capacitação, captação de recursos, cadeias produtivas e regularização fundiária.

Apesar do pouco tempo de existência, o PMS já congrega acerca de 53 municípios, os quais assinaram uma carta de compromisso com a busca da sustentabilidade, sendo que a maioria de já desenvolveu seus planos de metas, baseados nos três eixos orientadores do Programa. Além disso, reúne dezenas de instituições públicas e privadas em suas reuniões periódicas: órgãos do Governo Estadual e Federal, do Judiciário, de Associação de Municípios, de ONGs e a Representação dos Ministérios Públicos, Federal e Estadual.

O Programa constitui espaço legítimo de discussão, de identificação de oportunidades e de definição de agenda comum, visando o desenvolvimento sustentável em âmbito municipal. Além de configurar-se como um ambiente propício para a pactuação, o alinhamento e a realização de compromissos comuns tanto nas temáticas ambientais quanto de combate à pobreza rural e inclusão social.

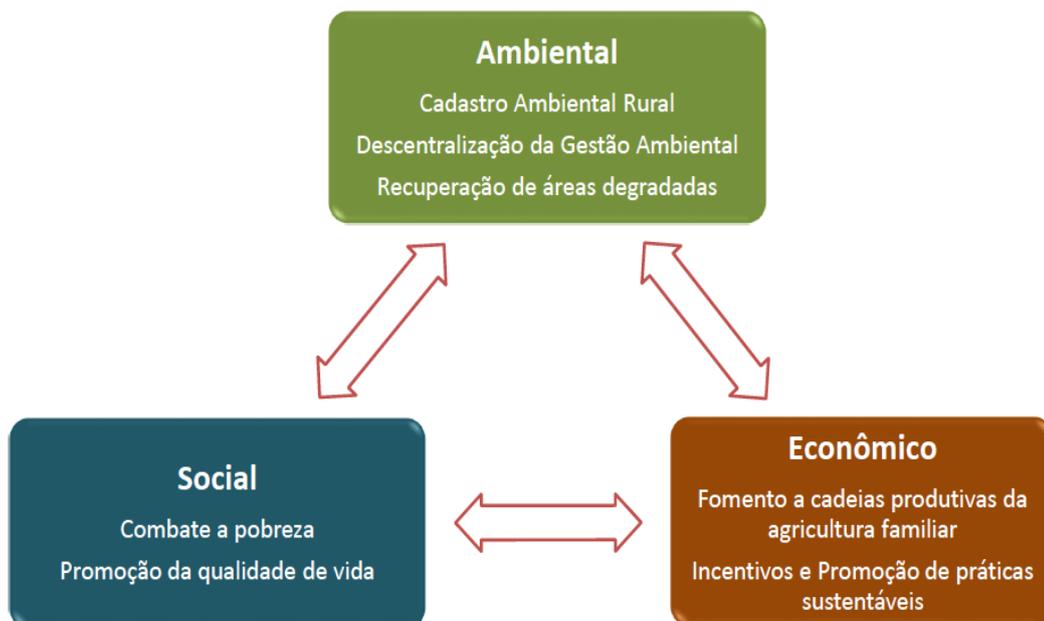
Segue abaixo a lista dos municípios adesos ao PMS:

1. **Apiacás**
2. **Água Boa**
3. **Alta Floresta**
4. **Alto Boa Vista**
5. **Aripuanã**
6. **Canarana**
7. **Carlinda**
8. **Cláudia**
9. **Colider**
10. **Cocalinho**
11. **Comodoro**
12. **Confresa**
13. **Cotriguaçu**
14. **Feliz Natal**
15. **Guarantã do Norte**
16. **Gaúcha do Norte**
17. **Itaúba**

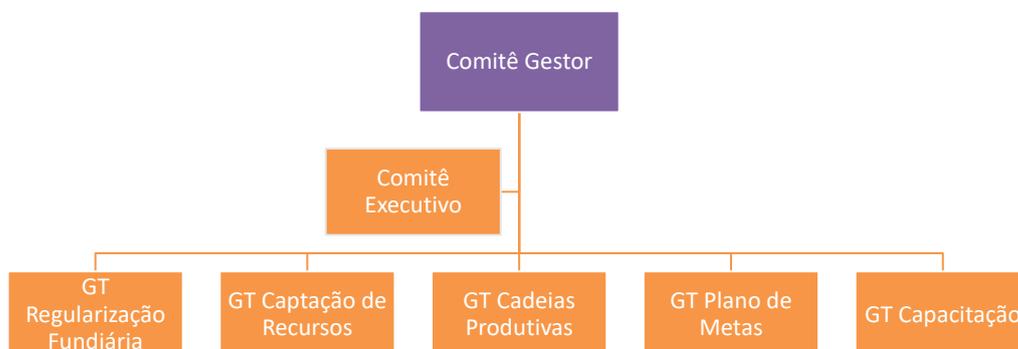
18. **Ipiranga do Norte**
19. **Juara**
20. **Lucas do Rio Verde**
21. **Marcelândia**
22. **Matupá**
23. **Nova Bandeirantes**
24. **Nova Guarita**
25. **Nova Lacerda**
26. **Nova Monte Verde**
27. **Nova Santa Helena**
28. **Nova Mutum**
29. **Nova Nazaré**
30. **Nova Uiratã**
31. **Nova Xavantina**
32. **Novo Mundo**
33. **Paranaíta**
34. **Pontal do Araguaia**
35. **Pontes e Lacerda**
36. **Ponte Branca**
37. **Porto dos Gaúchos**
38. **Porto Alegre do Norte**
39. **Peixoto de Azevedo**
40. **Querência**
41. **Ribeirão Cascalheira**
42. **Ribeirãozinho**
43. **Santa Carmem**
44. **Santa Rita do Trivelato**
45. **Serra Nova Dourada**
46. **Sinop**
47. **Sorriso**
48. **Terra Nova do Norte**
49. **União do Sul**
50. **Vale do São Domingos**
51. **Vila Bela da Santíssima Trindade**
52. **Vera**

Componentes

Agenda de Compromissos



Sistema de Governança do PMS



Projeto de Regularização Fundiária no Fundo Amazônia/BNDES

O projeto é uma iniciativa do Programa Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis (PMS), com a finalidade de avançar na regularização fundiária das terras públicas e assentamentos de reforma agrária, e fortalecer a governança fundiária mediante participação e ação coordenada entre os órgãos e instituições diretamente vinculados à questão da terra dos Poderes Executivo e Judiciário e representantes da Sociedade Civil, trazendo segurança jurídica e privilegiando o público da agricultura familiar.

O desafio do Projeto Terra a Limpo é contribuir para a superação do quadro fundiário, marcado pelo histórico de concentração de terras, intensidade dos conflitos que especialmente prejudicam os agricultores familiares, e pela complexidade das atribuições institucionais envolvidas.

Objetivos

Geral: Reduzir os conflitos de terra, trazendo segurança jurídica, valorização da agricultura familiar e diminuição dos desmatamentos ilegais nos municípios de Mato Grosso.

Específicos:

1. Realizar a regularização fundiária das terras estaduais e dos assentamentos administrados pelo Intermat.
2. Apoiar a regularização fundiária das glebas federais, bem como dos assentamentos federais administrados pelo INCRA nos municípios beneficiados
3. Promover o fortalecimento da governança fundiária no Estado.

A estratégia de implantação do projeto presume o engajamento do Poder Executivo Estadual e Federal, Poder Judiciário Estadual, Ministérios Público Estadual e Federal, e Sociedade Civil, que abrange a participação de representantes de Associação de Municípios, Agricultura Familiar, Produtores Rurais e Organizações Não Governamentais.

A estrutura de gestão do projeto inclui a representação do Governo Estadual (Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional - GDR, Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários - SEAF, Secretaria de Meio Ambiente - SEMA, Instituto de Terra de Mato Grosso - INTERMAT, Casa Militar), INCRA, Programa Terra Legal, Delegacia Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministérios Públicos Federal e Estadual, Associação de Notários e Registradores - ANOREG, Tribunal de Justiça de Mato Grosso – TJMT, Associação Mato-Grossense de Municípios - AMM, Organizações Não Governamentais, Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado de Mato Grosso - FETAGRI e da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO.

A instituição executora e proponente do projeto é o Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional - GDR, que será a responsável pelo conjunto do projeto (técnica, administrativa e financeira), bem como por zelar pelo cumprimento das obrigações estabelecidas.

A previsão de recursos financeiros está na ordem de 65 milhões.

Plano ABC

Redefine o Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono - Plano ABC-MT, no âmbito do "Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura", com o objetivo de promover a mitigação

de emissões de GEE provenientes da agropecuária no MT, e dá outras providências.

O Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono - Plano ABC - MT, no âmbito do "Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura", com o objetivo de promover a mitigação de emissões de GEE provenientes da agropecuária no MT, e buscará os seguintes resultados:

- a) recuperação e manutenção de pastagens;
- b) ampliação de áreas de Integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs);
- c) melhoria e ampliação de áreas com Sistema de Plantio Direto (SPD)
- d) melhoria e ampliação de área com outras culturas com aplicação FBN;
- e) aumento na área com florestas plantadas e com novas espécies;
- f) melhoria no tratamento e destinação adequada de dejetos animais.

A Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários - SEAF é a unidade central de gestão do Plano/Programa.

REDD +

Padrões Sociais e Ambientais para REDD+ em Mato Grosso

Salvaguardas são diretrizes que visam potencializar os impactos positivos e reduzir os impactos negativos relacionados às ações de REDD+ e se referem às medidas que os governos devem adotar para gerenciar riscos no desenho e na implementação de suas ações.

Cada país desenvolvendo o programa REDD+ terá necessidade de um **Sistema de Salvaguardas** que assegure que os riscos e oportunidades sociais e ambientais do programa REDD+ sejam efetivamente abordados.

O **sistema de salvaguardas** de um país consiste em políticas, leis e regulamentos que definem as salvaguardas para o programa REDD+, um mecanismo para apresentação de queixas e reparação que permita que os atores afetados pelo programa REDD+ recebam *feedback* e respostas apropriadas com relação a implementação das salvaguardas e um **Sistema de Informação** para monitorar e relatar a implementação das salvaguardas.

O Sistema de Informação sobre Salvaguardas deve contribuir para:

- Melhorar o desempenho do Sistema Estadual de REDD+ do Estado na medida em que atribui transparência e permite avaliações periódicas e adequações que forem necessárias;
- Promover um ambiente de confiança entre atores locais, nacionais e internacionais por meio da participação multi-setorial na discussão sobre salvaguardas;
- Ampliar a transparência necessária para atrair investidores nacionais e internacionais;
- Facilitar o compartilhamento de informações entre os diferentes níveis de governança de REDD+ no Brasil, articulando se com potenciais Sistemas de Informações de Salvaguardas em nível nacional.

A metodologia REDD+ SES (<http://www.redd-standards.org/>) consiste em **princípios, critérios e indicadores** que definem assuntos de importância e condições a serem atingidas para se obter um alto desempenho social e ambiental e para guiar um processo para avaliação.

Os princípios proporcionam os objetivos-chave que definem o desempenho social e ambiental dos programas REDD+.

Os critérios definem as condições que devem ser cumpridas com relação aos processos, impactos e políticas para que atingir os princípios.

Os indicadores definem a informação quantitativa e qualitativa necessária para mostrar progresso em relação aos critérios.

O processo de elaboração do Sistema de Salvaguardas para REDD+ no Mato Grosso, seguiu a metodologia dos Padrões Sociais e Ambientais para REDD+, através de um Comitê de Padrões de Salvaguardas composto por representantes do setor privado, organizações ambientalistas, representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e instituições de pesquisa.

A próxima fase é o processo de consulta pública no qual serão recebidas contribuições apenas para os **indicadores** uma vez que os princípios e critérios seguem o padrão REDD+ SES.

ZONEAMENTO SÓCIO ECONÔMICO ECOLÓGICO

Instrumento de planejamento e gestão territorial, o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) de Mato Grosso é pautado pelos princípios da democratização, descentralização e parcerias. Tem como objetivo a

eficiência e melhoria das condições de vida da população, a partir do desenvolvimento de atividades sustentáveis econômica e ambientalmente. O ZSEE se baseia no estudo da realidade matogrossense em seus diversos aspectos - físico, biótico e socioeconômico - em escala suficiente para identificar potencialidades e fragilidades. Com isso, permite definir os usos mais corretos para os mais diversos ambientes que compõem o estado de Mato Grosso. Indica as diretrizes de fomento, adequação, redirecionamento e normatização das atividades sociais e econômicas, além de permitir intervenções e ações de ordenamento territorial, de regionalização coordenada de serviços e obras estaduais, de articulação com os municípios e a sociedade.

Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico A elaboração do ZSEE compreendeu uma sequência de etapas de trabalho, tendo-se como marco inicial a definição dos pressupostos do zoneamento e como marco final a elaboração da Minuta de Projeto de Lei do Zoneamento. Conceitualmente, o ZSEE constitui instrumento técnico e político direcionado ao ordenamento do espaço geográfico do Estado e ao disciplinamento do uso de seus recursos naturais, visando o desenvolvimento sustentável, traduzido pela sustentabilidade ecológica (estabilidade do ambiente e dos recursos naturais), sustentabilidade econômica (internalização dos benefícios econômicos e rentabilidade ao longo do tempo) e sustentabilidade social (equidade de custos e benefícios distribuídos entre os diversos atores sociais). Como instrumento técnico, o ZSEE requereu no processo de sua elaboração, o conhecimento atualizado da realidade do Estado, possibilitado pelo Diagnóstico Socioeconômico Ecológico, que forneceu as bases para a identificação de unidades territoriais que compõem o Estado e a caracterização das similaridades e distinções das potencialidades naturais, econômicas e sociais existentes nelas, conformando unidades às quais foram denominadas Unidades Sócio-Econômicas Ecológicas – USEE. Essas unidades territoriais foram delimitadas e caracterizadas no contexto das Regiões de Planejamento – RP, posteriormente avaliadas em sua sustentabilidade quanto a Eficiência Econômica, Condições e Qualidade de Vida e Qualidade do Ambiente Natural. Figura 20. Categorias do ZSEE-MT (SEPLAN, 2009). Uma vez definidas as categorias, foi promovido no âmbito de cada Região de Planejamento o enquadramento das unidades territoriais de acordo com a problemática dominante, comum a elas, originando-se as Zonas de Intervenção. Apesar da

problemática dominante a existência de particularidades internas motivou, na sequência, a divisão das zonas em subzonas. Na sequência, para cada zona foram indicadas diretrizes específicas de uso de acordo com sua problemática dominante. As subzonas, por sua vez, foram contempladas com 26 diretrizes específicas de acordo com suas particularidades, compatibilizadas com a categoria de uso da zona à qual estavam vinculadas. Assim, o ZSEE do Estado de Mato Grosso é constituído por Zonas e Subzonas de intervenção agrupadas em Categorias e Subcategorias de uso. Categorias e subcategorias de uso

Categoria 1: Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar compreende as áreas que se encontram em processo de consolidação das atividades produtivas ou já consolidadas, que concentram a porção mais dinâmica da economia estadual, para as quais são recomendadas ações e intervenções para a manutenção e/ou intensificação das atividades existentes, tendo em vista a sustentabilidade ambiental e econômica.

Categoria 2: Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo, compreende áreas de ocupação antiga ou em processo de consolidação, para as quais são necessárias ações de recuperação ambiental, ou alteração do uso do solo, ou reordenação de estrutura produtiva, ou adequação do sistema de manejo, ou readequação para conservação e/ou recuperação de recursos hídricos, em face dos problemas de degradação emergente dos componentes ambientais ou da importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Categoria 3: Áreas que Requerem Manejos Específicos, compreende as áreas que pelas características ambientais: elevado potencial biótico, especificidade ecológica e paisagística e elevada fragilidade requerem manejos específicos, para garantir a manutenção de suas características e a exploração racional e adequada de sua base de recursos naturais, tendo em vista compatibilizar a proteção do ambiente natural com a sustentabilidade das atividades econômicas.

Categoria 4: Áreas Protegidas compreende as áreas legalmente instituídas até a data da publicação desta lei, relativas às Terras Indígenas e Unidades de Conservação, as quais regem-se pelas respectivas normas de criação e demais dispositivos legais pertinentes, e as Unidades de Conservação propostas para implantação, que obedecem à relevância ecológica tratada no âmbito do ZSEE-MT.

Estratégia PCI

A Estratégia PCI tem o objetivo de expandir e aumentar a eficiência da produção agropecuária e florestal, a conservação dos remanescentes de vegetação nativa, a recomposição dos passivos ambientais e a inclusão socioeconômica da agricultura familiar e das populações tradicionais.

MATO GROSSO SUSTENTÁVEL

Projeto apoiado pelo FUNDO AMAZÔNIA, no valor de R\$ 35.015.970,00, por meio do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável nº 13.2.1265.1, de 3/07/2014.

Duração: 03/07/2014 a 03/07/2017

Área de Abrangência:

Estado de Mato Grosso, com foco nas unidades de conservação estaduais e em 40 municípios do bioma Amazônia.

Objetivos:

1. Consolidação de Unidades de Conservação no bioma Amazônia.
2. Fortalecimento da fiscalização e do licenciamento ambiental estadual.
3. Desconcentração e descentralização da gestão ambiental estadual.

Ações:

1. CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BIOMA AMAZÔNIA

- Georreferenciamento, demarcação e sinalização da área de 09 unidades de conservação;
- Estudo para traçar o diagnóstico da situação fundiária de 09 unidades de conservação;
- Introdução a práticas sustentáveis no entorno de 05 unidades de conservação;
- Estruturação física e instrumentalização de 02 unidades operacionais de prevenção às queimadas para atendimento imediato às unidades de conservação;
- Formação de brigadistas municipais e agentes para atuação em 07 unidades de conservação;

- Fortalecimento de campanhas educativas de esclarecimento sobre o uso inadequado fogo.

2. FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO E DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

- Implantação de um sistema de Licenciamento Ambiental digital;
- Capacitação de recursos humanos Licenciamento Ambiental digital;
- Informatização do procedimento de Fiscalização Ambiental;
- Instrumentalização para apoiar as operações de Fiscalização Ambiental;
- Capacitação para a equipe de Fiscalização Ambiental.

3. DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL ESTADUAL

- Apoio à desconcentração da gestão ambiental – Diretorias Regionais;
- Capacitação de Recursos Humanos – Diretorias Regionais;
- Apoio à descentralização da gestão ambiental – Secretarias Municipais;
- Capacitação de Recursos Humanos – Secretarias Municipais de Meio Ambiente;
- Formação de multiplicadores em Educação Ambiental.

4.2. Empresas e financiamentos verdes

CARREFOUR;

MACDONALDS;

KFW - Kreditanstalt für Wiederaufbau

DGM – Mecanismo de apoio a povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais do cerrado;

OIT;

PNUD;

PNUMA.

4.3. Projetos e iniciativas setoriais de economia verde

Programa Algodão Social

Instituto Algodão Social

Conceito de desenvolvimento sustentável, que demarca uma nova era e um novo ambiente na produção de riquezas, surgiu em 1987, como conclusão do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela Assembleia das Nações Unidas.

A partir de então, para assegurar o crescimento sustentável, os processos produtivos, em especial do agronegócio, para atender aos novos parâmetros econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável, deverão ser geridos de tal forma que possam “*satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significando possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais*”.

Produzir de forma sustentável passou a ser o grande desafio do agronegócio no século XXI.

A marca registrada dos produtores de algodão de Mato Grosso sempre foi seu espírito indomável e sua capacidade de responder prontamente aos desafios.

Nesse cenário, em menos de duas décadas, o grande desafio enfrentado pelos produtores rurais foi o de transformar o modelo milenar de gestão imediatista, herdada das gerações que os antecederam, em uma gestão sustentável capaz de manter a produção através do tempo e preservar os recursos naturais para atender às necessidades das atuais e futuras gerações.

Foram parceiros nas primeiras reuniões que antecederam a criação do IAS e também se fizeram presentes em cada etapa da consolidação deste projeto representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público Federal do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Instituto Ethos de Responsabilidade Social. A este último coube a orientação específica sobre os parâmetros do desenvolvimento sustentável que deveriam ser adotados.

Um projeto inovador e que envolva diretamente todos os setores da gestão de um empreendimento rural somente alcança êxito se for aceito e apoiado pelos seus potenciais beneficiários.

É inegável que o IAS só tem motivos para comemorar e celebrar seus primeiros dez anos porque obteve o irrestrito apoio e envolvimento de todos os associados à Ampa.

O IAS, conforme proposta registrada na ata de criação, foi criado “para sensibilizar e conscientizar o produtor rural do setor algodoeiro a desenvolver os princípios da responsabilidade empresarial social, congregando a classe em torno de objetivos comuns como a regularização das relações do trabalho, a gestão ambiental e a busca da certificação de seus produtos para a correta adequação às novas exigências do comércio interno e internacional” e esses objetivos foram cumpridos através da implantação de quatro programas.

História do IAS

O programa de Orientação Socioambiental foi criado em 2005 e foi desenvolvido mediante a realização de um diagnóstico inicial de conformidade trabalhista e de segurança do trabalho em 370 fazendas. Essas visitas dos técnicos, considerando-se a entrada de novas fazendas no setor, são permanentes, sendo que cada fazenda visitada recebe um plano de correção para facilitar a adequação das eventuais não conformidades encontradas.

A orientação também é prestada através da realização anual de cursos práticos em todos os núcleos algodoeiros e da elaboração de um Manual de

Orientação Trabalhista e de Segurança do Trabalho encaminhado a cada fazenda e grupo associado à Ampa.

Em 2006, por sugestão da Abit e para atender exigências de compradores de produtos têxteis confeccionadas em Santa Catarina e exportados para a Europa, foi criado um programa de certificação da produção do algodão de Mato Grosso denominado Selo de Conformidade Social. Os fardos de algodão eram identificados e comercializados com a sigla Algodão Socialmente Correto,

O selo tem como finalidade atestar o compromisso do produtor com a sustentabilidade, criar um diferencial ao produto, agregar valor mesmo que indireto e, em razão da gestão sustentável, assegurar a longevidade do negócio.

Ainda em 2012, foi celebrado sob a tutela da Abrapa um *benchmarking* compatibilizando os critérios e procedimentos em relação ao programa internacional BCI – Better Cotton Initiative e, a partir da safra 2013/14, o

produtor que aderir e atender aos percentuais de conformidade exigidos pelo regulamento receberá simultaneamente a certificação ABR e a licença de comercialização BCI.

Para ser reconhecido como empresário com responsabilidade social, não basta ser apenas um bom cumpridor da legislação trabalhista, saúde e segurança do trabalho e ambiental, mas é necessário que demonstre também à sociedade o seu compromisso com a efetiva prática de boas ações agrícolas de conservação do solo e do meio ambiente em suas fazendas.

Com esse objetivo, em 2011, o IAS organizou e regulamentou o programa

Semeando o Bem para incentivar, destacar e premiar as boas ações executadas nas fazendas dos associados à Ampa.

A primeira edição da premiação aconteceu em setembro de 2012, por ocasião da festa de comemoração dos 15 anos da Ampa e a segunda em novembro de 2014. A pesquisa efetuada pelos técnicos do IAS constatou a existência de centenas de ações sociais e ambientais que já eram executadas de forma perene nas fazendas.

Em 2013, na presidência do produtor Milton Garbugio, o IAS criou o programa Fazenda Saudável, o qual tem como finalidade proporcionar aos produtores e colaboradores e familiares que residam na fazenda a oportunidade de se submeterem a exames preventivos de saúde realizados por enfermeiros, que aferem os índices de pressão arterial, glicemia, colesterol, triglicérides e o índice de massa corporal (IMC) do interessado. Desde sua criação, foram atendidas mais de 9.200 pessoas em 117 fazendas associadas à Ampa.

Acordos setoriais: algodão e aprosoja; energia renovável, plano ABC, programa municípios sustentáveis

5. Análise de avaliações já realizadas

Zoneamento Sócio Econômico Ecológico

As informações para o ZSEE de Mato Grosso tiveram como base o diagnóstico Socioeconômico Ecológico – DSEE elaborado por uma consultoria (CNEC) contratada pelo PRODEAGRO.

O ZSEE-MT é resultado de um trabalho integrado e multidisciplinar, que contou com o acompanhamento de especialistas de vários temas contemplados no DSEE-MT -Diagnóstico Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso, entre eles, geologia, geomorfologia, solos, aptidão agrícola, recursos hídricos, uso da terra e vegetação, aspectos legais, climatologia, dinâmica econômica e demográfica, dentre outros. Desde a concepção do projeto, trabalhou-se de forma integrada seguindo as orientações metodológicas do ZEE-Brasil, tanto para elaboração, quanto para implementação de zoneamentos estaduais, visando planejar políticas públicas estaduais e regionais. Tanto as estratégias de desenvolvimento quanto os programas e projetos específicos foram definidos com base nas informações e pesquisas levantadas pelo DSEE-MT. Os trabalhos de confecção do Mapeamento da

Cobertura Vegetal Primária de Mato Grosso, na escala 1:250.000, foram executados por técnicos do IBGE e especialistas das secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento de Mato Grosso.

Estratégia PCI

Para a iniciativa Da PCI não foi feito nenhum estudo específico para sua elaboração, foram consultados dados disponíveis no estado para cada meta proposta.

REDD +

Foi utilizado um estudo feito pelo ICV com o potencial de REDD+ para Mato Grosso, e depois um de custos da política elaborado pelo IPAM. Entretanto o principal fator que inspirou o estado na elaboração da política, diz respeito ao fato de Mato Grosso ser o estado que mais reduziu o desmatamento na última década, conforme demonstra os dados PRODES/INPE.

5.1. Estudos nacionais e internacionais, concluídos ou em curso, sobre economia verde no Estado

ICV

Situação Fundiária

A Situação fundiária em Mato Grosso: desafios e prioridades A complexa situação fundiária do estado de Mato Grosso e a falta de transparência na

gestão de informações e nos procedimentos de regularização fundiária dificultam a implementação de ações e de políticas públicas que visem a sustentabilidade. A má governabilidade da terra gera incertezas sobre o direito de propriedade, estimula o uso irracional dos recursos naturais e prejudica a regularização das cadeias produtivas. Assim, a promoção do desenvolvimento sustentável nos municípios de Mato Grosso, como preconiza o Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMS), passa pela resolução das questões fundiárias no estado. Diante disso, o Instituto Centro de Vida (ICV) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) realizaram uma análise sobre a “Situação fundiária em Mato Grosso”, com o objetivo de auxiliar o poder público estadual e a sociedade civil organizada na compreensão das questões fundiárias em Mato Grosso e no planejamento e implementação de ações e políticas públicas para a promoção de uma boa governança de terras. Para confecção do estudo, foram realizados painéis temáticos com a participação de diferentes instituições que trabalham com a questão de terras no estado, além de pesquisas de campo em oito municípios da região Portal da Amazônia.

Desmatamento na Amazônia mato-grossense (prodes/2015) análise das características do desmatamento e das políticas públicas implementadas

O estado de Mato Grosso é um estado chave na Amazônia brasileira para conciliar a produção agropecuária e a redução do desmatamento. Essa equação é fundamental para diminuir o papel das emissões da agropecuária e das mudanças no uso da terra nas mudanças climáticas globais. Entre 2005 e 2014, Mato Grosso reduziu o desmatamento na floresta amazônica em 87%, ao mesmo tempo em que mais que duplicou seu produto interno bruto (PIB). Em 2015, no entanto, o Prodes detectou um desmatamento total de 1.508km², a maior taxa anual desde 2008. As características do desmatamento detectado pelo Prodes de Agosto de 2014 a Julho de 2015, além das principais medidas implementadas até hoje para reduzi-lo. Também formulamos recomendações para conseguir uma redução significativa e duradoura do desmatamento. A Estratégia “Produzir, Conservar e Incluir” apresentada na COP21 contempla parte dessas recomendações.

Mapeamento da ilegalidade na exploração madeireira entre agosto de 2012 e julho de 2013 VINÍCIUS SILGUEIRO, ALICE THUAULT, LAURENT MICOL, RICARDO ABAD

A exploração de madeira nativa na Amazônia está cronicamente prejudicada pela grande proporção de ilegalidade na sua cadeia de produção. Além do impacto ambiental da exploração predatória, a ilegalidade contamina a produção legal, nivelando por baixo todos os atores no mercado. Nesse contexto, a informação qualificada sobre a exploração florestal ilegal é um elemento chave para quebrar o ciclo vicioso da ilegalidade. Fornece uma base essencial para a fiscalização, além de permitir acompanhar a evolução do problema e de sua solução. Apresentamos aqui os resultados do mapeamento e avaliação da legalidade da exploração florestal ocorrida no período de agosto de 2012 a julho de 2013 no estado de Mato Grosso, realizados com base na metodologia do Sistema de Monitoramento da Exploração Florestal (SIMEX), elaborado pelo Imazon. Nesse período foram mapeados 303.585 hectares de exploração florestal em Mato Grosso. Esse número representa um aumento de 53% na área total explorada em relação ao período anterior, de agosto de 2011 a julho de 2012. A análise de legalidade apontou que 163.718 hectares (54% do total) foram explorados em áreas autorizadas, enquanto a exploração ilegal afetou 139.867 hectares de florestas, o que corresponde a 46% do total mapeado no período. Em área, a exploração legal aumentou 80% e a exploração ilegal aumentou 31% em relação ao período anterior. A exploração ilegal ocorreu majoritariamente em áreas sem categoria fundiária definida (34%), em terras indígenas (26%) e em propriedades rurais cadastradas no Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlam) do Estado de Mato Grosso (22%). O levantamento permitiu identificar inconsistências no Simlam, além de evidenciar a permanência de brechas no sistema de controle da exploração florestal. Para resolver essas questões, destacamos a necessidade de intensificar o monitoramento por meio de vistorias durante o período de exploração e por sensoriamento remoto, e conseqüentemente a fiscalização. Também recomendamos garantir a centralização das informações no Simlam e a disponibilização de informações completas no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT). Por fim, é fundamental que sistemas de rastreabilidade e auditorias para

comprovação da origem legal da madeira sejam adotados pelo setor privado e exigidos pelo mercado consumidor.

5.2. Resumo de dados e estatísticas já recolhidas

SEAF - Secretaria de Agricultura Familiar

Em relação a agricultura familiar no estado há um diagnóstico em curso na SEAF, que será apresentado em novembro de 2016.

Situação Fundiária - ICV

Através da compilação dos resultados dos painéis e dos grupos focais, os resultados foram validados junto aos gestores e técnicos públicos e a sociedade civil organizada. Em nível estadual, os principais problemas fundiários identificados foram categorizados em quatro grupos: (a) dificuldades de gestão e disponibilização de informações pelo Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso; (b) ausência de cadastro de imóveis privados; (c) falta de clareza sobre as responsabilidades institucionais e; (d) falta de acesso à justiça e morosidade. Diante desses gargalos, propomos 10 ações prioritárias para a promoção de uma boa governança da terra em Mato Grosso.

Principais gargalos fundiários identificados A ocupação desordenada no estado tem reflexos sobre uma série de problemas fundiários atuais que se configuram como barreiras à sustentabilidade dos municípios mato-grossenses. Dessa forma, buscamos identificar os principais gargalos que limitam a gestão de terras em Mato Grosso. Entendemos que a compreensão da situação fundiária é um dos primeiros passos para o planejamento e implementação de ações de ordenamento territorial. Dificuldades de gestão e disponibilização de informações pelo Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (Intermat) Uma informação fundamental para a construção de uma base fundiária funcional refere-se ao histórico de concessão de terras públicas estaduais. Entretanto, o cadastro das terras estaduais concedidas, de responsabilidade do órgão estadual de terras, não está disponível. Isso possibilita que a concessão de terras públicas estaduais se dê de forma não transparente, o que dificulta o controle social sobre as ações do órgão. Há também desarticulação do Intermat com os demais órgãos públicos relacionados à gestão fundiária. A não clareza sobre as competências dos diferentes órgãos quanto aos cadastros e bases fundiárias gera ineficiência na administração fundiária do estado. Soma-

se a isso deslocamentos de títulos em diferentes regiões de Mato Grosso, seja por levantamentos imprecisos, deficiências na base fundiária, ou por informações conflitantes entre os diferentes cadastros de terras. Estas sobreposições entre medições de áreas dificultam na regularização de posses legítimas. Ausência de cadastro de imóveis privados A ausência de um cadastro consolidado de terras implica em dificuldades para se atingir a boa governança de terras. A ineficiência na cobrança de impostos sobre a terra, em especial o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é um resultado direto da má governança fundiária. A não cobrança do ITR diminui a arrecadação de tributos pelo governo federal ou municipal, dificulta o controle sobre o uso improdutivo de grandes latifúndios, além de inviabilizar políticas de isenção fiscal baseadas neste imposto. Falta de clareza sobre as responsabilidades institucionais Não há clareza sobre as responsabilidades de cada órgão na gestão de terras públicas, o que gera sobreposições e conflitos.

Há um desconhecimento da base fundiária de origem estadual e federal, influenciando negativamente na capacidade do setor público de planejar e implementar políticas fundiárias. Outros dois pontos marcantes referem-se à falta de controle sobre a transferência de grandes extensões de terras aos investidores e a ausência de concessão de terras públicas às sedes dos municípios, o que os torna incapazes, em muitos casos, de planejarem e regularizarem a ocupação urbana e rural em sua jurisdição.

Falta de acesso à Justiça e morosidade A falta de governança fundiária também se manifesta em problemas envolvendo o judiciário. A dificuldade de acesso da população à justiça é um desses casos. A distância e ausência de órgãos substitutos que pudessem contemplar a população afetada por conflitos fundiários. Outro é a morosidade na resolução de litígios. 10 ações prioritárias para a promoção de uma boa governança da terra em Mato Grosso Diante dos problemas fundiários observados, identificamos 10 ações prioritárias para a promoção da boa governança sobre a terra no estado. As ações sugeridas não estão vinculadas apenas à atuação do órgão estadual de terras. A gestão de terras perpassa as diferentes esferas, sendo que as recomendações propostas relacionam-se às atividades de órgãos federais, estaduais e municipais. Políticas articuladas com o governo federal 1. Construir cadastros para terras privadas e para terras públicas. O cadastro de terras privadas unifica as informações sobre as propriedades e posses privadas, devidamente mapeadas

e/ou georreferenciadas, contidas especialmente no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) e no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). O cadastro único de terras públicas, por sua vez, integra as informações dos órgãos que administram terras federais e estaduais. 2. Regularizar as glebas públicas e projetos de assentamentos da reforma agrária, garantindo a concessão de títulos de propriedade de acordo com os regulamentos específicos. Políticas estaduais 3. Reestruturar o Intermat, possibilitando o cumprimento da política fundiária estadual e a gestão eficiente das informações, pautado pela transparência de suas atividades e incentivo ao controle social. 4. Estruturar um cadastro de concessões de títulos de propriedade por parte do poder público estadual. 5. Determinar que os demais órgãos estaduais, com atuação relacionada a questão de terras, identifiquem as terras públicas e auxiliem no andamento das regularizações fundiárias. Políticas relacionadas ao Poder Judiciário Estadual 6. Analisar e deliberar sobre a validação de posses aos títulos de origem. 7. Fortalecer a Comissão Estadual de Assuntos Fundiários, da Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso, e apoiar a participação de instituições que representem a Agricultura Familiar. Políticas de incentivo a governança fundiária municipal Situação fundiária em Mato Grosso: desafios e prioridades Cuiabá, Mato Grosso – Março de 2015 3 8. Incentivar a implementação das Comissões Municipais de Assuntos Fundiários em todas as comarcas do estado para análise e enfrentamento de questões de caráter fundiário ao nível local, como o apoio a regularização de assentamentos. 9. Incentivar a municipalização da cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o aumento da fiscalização municipal. 10. Fomentar a assinatura pelos municípios, através do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis, de termos de compromisso nos moldes das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais das Nações Unidas.¹

Desmatamento na Amazônia mato-grossense (prodes/2015) análise das características do desmatamento e das políticas públicas implementadas

¹ Dados do estudo do Instituto Centro Vida sobre os problemas e soluções em relação a questão fundiária do estado.

O desmatamento detectado em Mato Grosso demonstra que as ferramentas atuais para o controle e a redução do desmatamento não estão cumprindo plenamente o seu papel. Para corrigir essas falhas, as nossas recomendações trilham dois caminhos interdependentes: 1) melhorar a implementação das políticas de comando e controle e 2) criar uma agenda positiva que envolva políticas públicas e iniciativas privadas. Parte dessas recomendações estão contempladas na estratégia “Produzir, Conservar e Incluir” elaborada pelo governo e várias instituições do setor privado e sociedade civil, como IPAM e ICV, entre outras.

1. Intensificar ações de comando e controle. O crescimento exponencial do desmatamento, a proporção de áreas desmatadas acima de 100ha e o alto número de desmatamentos em áreas cadastradas no CAR mostra que o governo estadual precisa agir com rapidez e firmeza no sentido de identificar os infratores e puní-los de acordo com a lei.
2. Publicar uma Lista de Desmatamentos Ilegais que expõe publicamente a identificação e localização dos desmatadores ilegais, os autos de infração e os embargos com os nomes dos proprietários envolvidos. O alto número de desmatamentos em áreas cadastradas no CAR mostra que o governo estadual precisa dar sinais claros de que é capaz de identificar os infratores e puní-los de acordo. Essa lista também deve assumir um papel fundamental para excluir essas propriedades das cadeias produtivas sustentáveis;
3. Implementar o Código Florestal. Isso significa ir além de registrar as propriedades no CAR, verificando e validando as informações, publicando as regras do Programa de Regularização Ambiental (PRA), criando incentivos para recuperação e notificando quem desmatou ilegalmente na base do CAR. O Código Florestal implementado é a base para o controle do desmatamento ilegal e para a segurança jurídica das propriedades;
4. Envolver os municípios no combate ao desmatamento, sobretudo os que mais desmatam, com a instituição de uma força tarefa específica para áreas sensíveis como regularização fundiária e ambiental;
5. Disponibilizar os dados do CAR, de licenciamento, e de fiscalização ambiental ao público para que toda sociedade, incluindo a sociedade civil e os atores do mercado, possam acompanhar as ações dos infratores, ampliando a capacidade de controle do governo e criando mecanismos de restrição de mercado;
6. Estabelecer novos incentivos para uma agricultura sem desmatamento. Isso passa por uma gama de incentivos que envolvem ferramentas creditícias, fiscais, apoio ao setor privado, além de

critérios de compra de mercado. Existe um arcabouço legal para esses incentivos no artigo 41 do Código florestal, mas ele tem sido pouco explorado até hoje.

Mapeamento da ilegalidade na exploração madeireira entre agosto de 2012 e julho de 2013 VINÍCIUS SILGUEIRO, ALICE THUAULT, LAURENT MICOL, RICARDO ABAD

Resultados No período de agosto/2012 a julho/2013 foram mapeados 303.585 hectares de exploração florestal no Estado de Mato Grosso. Esse valor representa um aumento de 53% na área total explorada em relação ao período de agosto/2011 a julho/2012, onde foram mapeados 197.748 hectares⁹. Para a análise da legalidade das explorações mapeadas, foram checadas 392 autorizações de exploração florestal. Essa análise nos permitiu verificar que 163.718 hectares (54% do total) foram explorados legalmente, ou seja, com autorização de exploração e dentro do período de validade. Isso representa um aumento de 80% da superfície da exploração florestal legal em relação ao período anterior (91.085 hectares¹⁰). Já a exploração ilegal afetou 139.867 hectares de florestas em Mato Grosso, o que corresponde a 46% do total da exploração mapeada no período. A exploração ilegal aumentou 31% em relação ao mesmo período de 2011/2012, quando contabilizou 106.663 hectares¹¹. Nos últimos anos, a proporção de exploração ilegal variou entre 44% e 54% do total, em áreas sem categoria fundiária definida Em Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Assentamentos do Incra.

Mapeamento da ilegalidade na exploração madeireira entre agosto de 2012 e julho de 2013 MAIO 2015. Os dez municípios com mais áreas florestais exploradas legalmente representam 69% do total de exploração legal em Mato Grosso. Desses dez municípios, quatro localizam-se na região Noroeste do Estado (Aripuanã, Colniza, Juína e Cotriguaçu). Os 31% restantes do total explorado legalmente estão distribuídos em outros 32 municípios. 6 Mapeamento da ilegalidade na exploração madeireira entre agosto de 2012 e julho de 2013 MAIO 2015. Das áreas exploradas legalmente, 95% (154.966 hectares) ocorreram a partir de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), que originam as Autex, e 5% (8.752 hectares) de Planos de Exploração Florestal (PEF), que geram as AEF (Figura 5 e Figura 6). Os dez municípios com mais áreas florestais exploradas ilegalmente representam 74%

do total de exploração ilegal em Mato Grosso. Os 26% restantes ocorreram de forma distribuída entre outros 32 municípios. Ao comparar os dez municípios que mais exploraram legalmente e os dez mais ilegalmente, verificamos que sete deles são coincidentes, sendo eles Aripuanã, Colniza, Nova Maringá, Porto dos Gaúchos, Juara, Nova Bandeirantes e Tabaporã. Tal situação evidencia o fato de Mapeamento da ilegalidade na exploração madeireira entre agosto de 2012 e julho de 2013. Sem categoria Terras Indígenas Unidades de Conservação AMF e /ou UPA Assentamentos AUTEX – explorado antes da validade AUTEX – não consta Autex inicial no Simlam CAR e/ou LAU AUTEX/AEF – explorado após a validade 34% 26% 22% 1% 1,567 hectares 2% 2,438 hectares 2% 2,709 hectares 2% 2,085 hectares 10% 14,384 hectares 1% 1,643 hectares 31,163 hectares 36,899 hectares 46,981 hectares

OCORRÊNCIA DA ILEGALIDADE EM MATO GROSSO A exploração ilegal em Mato Grosso no período 2012/2013 ocorreu majoritariamente em áreas sem categoria fundiária definida (34%), em terras indígenas (26%) e propriedades rurais com CAR e/ou LAU (22%) (Figura 8). Essas três categorias totalizaram juntas 115.043 hectares, que representam 82% de toda a exploração ilegal mapeada. Outros 10% da exploração ilegal (14.384 hectares) ocorreram em áreas incluídas em AMF e/ou UPA, mas sem Autex ou AEF associadas no Simlam. Das explorações ilegais em áreas com Autex ou AEF, 2.709 hectares (2%) foram explorados antes do período de validade das autorizações e 1.567 hectares (1%) foram explorados após a validade (Figura 6). Um total de 2.438 hectares (2%) foram considerados ilegais por não constar no Simlam a primeira Autex da área, somente a renovação, o que tornou impossível verificar o período de validade inicial dessas autorizações de exploração.

ILEGALIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS Ao todo, foram explorados ilegalmente 38.541 hectares em áreas protegidas em Mato Grosso entre agosto/2012 e julho/2013. A exploração florestal ilegal impactou nove terras indígenas e quatro unidades de conservação (Figura 9). Verificamos um expressivo aumento da exploração florestal dentro das Terras Indígenas, que totalizaram 36.899 hectares. Isso representa um aumento de 1.194% em relação ao período anterior (2.850 hectares). Três terras indígenas são as mais críticas, sendo elas as T.I. Aripuanã, T.I. Zoró e T.I. Arara do Rio Branco (Figura 10). As três juntas representam 72% do total de exploração ilegal mapeado em terras indígenas de Mato Grosso. Nas Unidades de Conservação o aumento da exploração

ilegal de um período para outro foi de 108%, passando de 788 hectares⁵ para 1.642 hectares. Essa exploração atingiu quatro unidades, sendo que 72% do total (1.183 hectares) foi na Resex Guariba.

Nos assentamentos do Incra em Mato Grosso, a exploração florestal ilegal ocorrida entre agosto/2012 e julho/2013 abrangeu 2.085 hectares. Esse valor representa 10 Mapeamento da ilegalidade na exploração madeireira entre agosto de 2012 e julho de 2013 MAIO 2015.

As falhas dos sistemas de monitoramento e controle florestais A extensão e a recorrência da ilegalidade comprovam a persistência de falhas no controle da exploração florestal no Estado de Mato Grosso. No intuito de resolver essas falhas, listamos aqui as inconsistências encontradas no Simlam e as brechas identificadas no sistema de monitoramento da exploração florestal. um aumento de 839% em relação ao período anterior, que somou 222 hectares⁵. Um único assentamento, o P.A. Japuranoman, no município de Nova Bandeirantes, foi responsável por 49% de toda floresta explorada ilegalmente em assentamentos do Incra em Mato Grosso. 11 Mapeamento da ilegalidade na exploração madeireira entre agosto de 2012 e julho de 2013 MAIO 2015

INCONSISTÊNCIAS NO SIMLAM PÚBLICO

Apontamos inconsistências entre as informações disponibilizadas no Simlam Público. Nas consultas realizadas sobre autorizações de exploração florestal vigentes no período de agosto/2012 a julho/2013, surgiram casos em que não encontramos Autex e/ou AEF vigentes para alguns empreendimentos, mesmo quando esses apresentam Áreas de Manejo Florestal (AMF) e Unidades de Produção Anual (UPA) relacionadas. Também ocorreram situações em que não constava no Simlam Público a Autex inicial emitida para determinada área, mas somente a renovação dessa Autex. Nesse caso, não se tem como verificar o período de validade completo da autorização de exploração. Essas inconsistências demonstram a falta de centralização das informações relativas à exploração florestal no Estado em uma única base de dados. Essa multiplicidade de bases de dados coloca em cheque o acompanhamento pela sociedade fragilizando o monitoramento por parte da própria Sema.

BRECHAS NO SISTEMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE ESTADUAL FLORESTAL

A persistência de uma proporção de ilegalidade próxima da metade da área explorada indica a existência de falhas inerentes ao sistema de monitoramento e controle, seja na etapa do inventário, da exploração, do transporte, da indústria ou do consumo.

Essas falhas permitem a produção de créditos fictícios e a mistura da produção legal e ilegal. Com base em consultas com especialistas e nos resultados de dois seminários realizados sobre o tema em 2011 e 2012, identificamos as principais brechas existentes e seus impactos potenciais na geração de créditos fictícios utilizados posteriormente para acobertar madeira ilegal

Recomendações

Para sanar as falhas no monitoramento e controle florestal do sistema estadual, faz-se necessário: Implementar uma rotina de monitoramento da exploração florestal por sensoriamento remoto; Realizar vistorias sistemáticas durante o período de exploração dos Planos de Manejo Florestal; Ampliar as ações de fiscalização nas indústrias processadoras localizadas nos municípios e áreas críticas de exploração ilegal identificadas; Implementar as soluções¹³ e propostas técnicas¹⁴ apontadas no II Seminário sobre sistema de Controle e Monitoramento florestal de Mato Grosso; Garantir a centralização ou atualização automática das diferentes bases de dados do Simlam (Simlam Público, Simlam Parceiro e Simlam Técnico); Disponibilizar no site da Sema todos os planos de manejos e de exploração licenciados, todas as autorizações de exploração florestal emitidas. Além disso, devem ser implantadas soluções privadas de verificação de legalidade, que complementem os sistemas de controle público. Tais soluções incluem ferramentas integradas de rastreamento a serem implantadas nos sistemas de gestão utilizados nas diferentes etapas da cadeia de custódia, assim como a realização de auditorias independentes que possam garantir a origem da madeira em todas as etapas da produção. A capacidade de fornecer grandes volumes de madeira de origem efetivamente rastreada e verificada é fundamental para mobilizar o mercado consumidor em torno de compras responsáveis e conseguir valorizar a madeira legal.

http://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2015/05/transparencia_florestal_mapeamento_ilegalidade_madeira.pdf

<http://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2015/03/AlertaDesmatamentoMT2015.pdf>

IPAM

Oportunidades da Intensificação da Bovinocultura de corte em Mato Grosso

Esta análise divulgada pelo IPAM demonstra que o investimento realizado para intensificar a bovinocultura de corte no Mato Grosso retorna ao produtor em até seis anos caso haja algum passivo ambiental – se não houver, o prazo cai para cinco anos. O estudo foi coordenado pelo IPAM com especialistas do Estado, e leva em consideração investimentos como reforma de pastagens, construção de benfeitorias como cercas e bebedouros e contratação de mão de obra. Segundo as simulações realizadas, o investimento gira em torno de R\$ 560/ha e pode ser obtido em linhas de crédito agrícola já existentes. Para chegar aos números, o grupo estudou a bovinocultura de corte do Estado e traçou três perfis para o ciclo completo de produção: o mais tradicional, menos intensivo; um intermediário, melhorado; e um terceiro mais avançado

http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2016/07/FOLDER_PecuMT_ExpoAgro_AF_web.pdf

Documento base dos movimentos sociais do estado de Mato Grosso

Propostas para o desenvolvimento sustentável em assentamentos de reforma agrária da Amazônia brasileira elaborados por representantes dos principais movimentos sociais ligados a reforma agrária na Amazônia.

<http://ipam.org.br/bibliotecas/documento-base-dos-movimentos-sociais-do-estado-de-mato-grosso/>

CCAL

CCAL is a web-based carbon calculator designed to support public managers, especially those linked to state level REDD+ programs, in the development of strategies for reducing emissions from deforestation and forest degrade.

http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2015/12/ScreenHunter_1110-Dec.-10-10.56.jpg

Zoneamento Sócio Econômico Ecológico

Dados referentes aos ZSEE:

Aptidão Agrícola

Mapa de aptidão agrícola das terras do Estado de Mato Grosso

Aspectos Legais

Áreas legalmente protegidas

Climatologia

Rede Pluviométrica e Meteorológica

Rede Pluviométrica e Meteorológica

Distribuição da temperatura média anual

Distribuição da temperatura média das máximas anuais

Distribuição da temperatura média das mínimas anuais

Distribuição da pluviosidade anual média (1983-1994)

Distribuição da pluviosidade média (1983-1994) no trimestre mais chuvoso

Distribuição da pluviosidade média, em porcentagem, no trimestre mais chuvoso (1983-1994)

Distribuição da pluviosidade média (1983-1994) no trimestre mais seco

Distribuição da pluviosidade média, em porcentagem, no trimestre mais seco (1983-1994)

Distribuição da pluviosidade no ano padrão chuvoso (1992)

Distribuição da pluviosidade no trimestre mais chuvoso do ano padrão chuvoso (1992)

Distribuição da pluviosidade no trimestre mais seco do ano padrão mais chuvoso (1992)

Distribuição da pluviosidade no ano padrão seco (1993)

Distribuição da pluviosidade no trimestre mais chuvoso do ano padrão seco (1993)

Distribuição da pluviosidade no trimestre mais seco do ano padrão seco (1993)

Distribuição dos máximos pluviométricos em 24 horas

Distribuição da evapotranspiração potencial média (1983-1994)

Distribuição da evapotranspiração real média anual (1983-1994)

Distribuição da deficiência hídrica anual (1983-1994)

Distribuição do excedente hídrico médio anual (1983-1994)

Unidade climáticas do Estado de Mato Grosso

Potencial agroclimático do Estado de Mato Grosso

Disponibilidade Hídrica

Disponibilidade hídrica com a rede fluviométrica priorizada

Educação

Distribuição dos municípios por participação relativa de população de 25 anos e mais, com menos de 8 anos de estudo, segundo regiões - 1996

Emprego e Renda

Pessoas ocupadas, por região, com 10 anos ou mais de idade, por local de trabalho - 1991

Fluxos Populacionais

Fluxos populacionais

Geologia

Mapa Geológico do Estado de Mato Grosso

Geomorfologia

Mapa geomorfológico consolidado do Estado de Mato Grosso - 1:1.500.000

Hierarquização

Divisão Político-Administrativa e Territorial

Síntese do Atendimento por Infra-Estrutura Regional

Planos e Programas Previstos em Termos de Estruturação Regional - Transportes e Energia Elétrica

Rede Urbana e Polarização das Cidades

Pedologia

Mapa de Solos do Estado de Mato Grosso

População

Índices de condições de vida (ICV) para o estado, 1991

Qualidade das Águas

Rede de monitoramento da 1ª e 2ª campanhas - Escala 1:1.500.000

Índice de qualidade das águas nos pontos de coleta por bacia hidrográfica -
Escala 1:1. 500.000

Saúde

ICV - Longevidade, reclassificado por 0 (pior condição) a 1 (melhor condição)

Serviços Públicos

Abastecimento de água por região - 1991

Usos Existentes

Usos preponderantes da água no Estado de Mato Grosso

Estratégia PCI

Dados do Produzir de uma forma geral vieram da SEDEC e do IMEA; dados do Conservar da SEMA e dados do Incluir da SEAF.

REDD +

Dados do desmatamento do PRODES/INPE e da SEMA

5.3. Análise dos principais resultados

Zoneamento Sócio Econômico Ecológico

Não tem resultado, não estar em vigor a lei

Estratégia PCI

Não foi feita ainda nenhuma mensuração das metas.

REDD +

Não tem nenhum programa aprovado.

6. Identificação de prioridades e possíveis ações

6.1. Lacunas de conhecimento existentes (informações, dados e estatísticas que ainda precisam ser coletados)

Que informações faltam?

Zoneamento Sócio Econômico Ecológico

Avaliação da efetividade do ZEE para o desenvolvimento sustentável nos estados onde ele já foi implementado

Estratégia PCI

Percebe-se a aproximação dessas diversas estratégias PCI e REDD + e a necessidade dessa aproximação.

REDD +

Padrão para mensurar a degradação florestal e o incremento de carbono, e assim avaliar o REDD+ como um todo.

Agricultura Familiar

Existe uma grande lacuna que precisa ser atacada, que está ligada exatamente a questão da informação e dos dados. Não existe dentro do Estado um sistema organizado para coletar e sistematizar as informações provenientes da agricultura familiar. Principalmente com relação aos dados de produção e comercialização.

Produtos da Sociobiodiversidade

Estudos aprofundados das cadeias de valor dos produtos oriundos do agroextrativismo existentes no estado.

6.2. Identificação dos setores prioritários para atuação

Pecuária Sustentável;

Agricultura Sustentável urbana, periurbana e rural;

Turismo Ecológico;

Extrativismo;

Política Urbana;

Energia Sustentável;

Construção Civil sustentável;

Indústria sustentável;

Resíduos urbanos.

6.3. Sugestões de medidas no âmbito do Programa PAGE/ MT

Após uma análise inerente as políticas públicas e dos diversos atores que compõem o ciclo produtivo, a inclusão, o empoderamento, o protagonismo, percebe-se que há diversas demandas em curso no estado. Mas é imprescindível que essas sejam coadunadas, pois há uma lacuna vertiginosa em relação aos processos postos. Há muitas atividades concomitantemente acontecendo, seja pelo poder público, ou pela sociedade civil, ou organização de produtores, que necessitam ser aproximadas. Como o estado de Mato Grosso tem uma dimensão territorial extensa, características e fitofisionomias diversas, e é composto por uma variedade de povos; indígenas, ribeirinhos, pantaneiros, entre outros, é importante que sejam replicadas muitas iniciativas em curso no estado, para que corroborem com o processo de esverdeamento da economia.

Me parece um trabalho extremamente árduo, mas significativa, essa aproximação desses diversos atores, para assim consolidar uma melhor qualidade de vida ao povo mato-grossense.

Assim iniciativas como o REDD +, o processo de transição para pecuária sustentável, a não abertura de novas áreas para o agronegócio, ZERAR O DESMATAMENTO, investimento em agricultura sustentável, apoio à agricultura urbana e periurbana, investimento maciço em cadeias do turismo sustentável, organização do processo de construção civil, uso de tecnologias sustentáveis em construção, estabelecer de fato o zoneamento sócio econômico e investimento na indústria de transformação sustentável do estado seguem nesse caminho.

Percebe-se a necessidade de estudos mais aprofundados em relação a agricultura familiar. Melhorias nos ambientes de formulação e implementação de políticas já existentes no âmbito do governo nacional e conseqüentemente a estruturação dos sistemas no âmbito estadual, como no caso da Agroecologia e produção orgânica.

Difusão de tecnologias apropriadas a política de agricultura de baixa emissão de carbono, como no uso de sistemas agroflorestais, fixação de nitrogênio e recuperação de pastagens degradadas.

Reforma e implementação das políticas estaduais ligadas a recuperação ambiental, como no caso do Programa de recuperação ambiental ligado ao sistema de cadastro ambiental – SICAR e Política de gestão ambiental dos produtos madeireiros e não madeireiros.

